



A Reprovação como uma Adversidade e a Expansão dos Cursos de Graduação em Enfermagem: um Estudo Qualitativo com Trabalhadores-Estudantes

Failure as Adversity and the Expansion of Undergraduate in Nursing: a Qualitative Study with Workers-Students

S. R. O. Maier ⁺¹, T. S. Santos ¹, W. W. R. Souza ¹

¹ Universidade Federal de Mato Grosso, Campus Rondonópolis

+ Autora correspondente: suellen_enf2004@hotmail.com

Resumo

Demonstrar a existência de reprovações no percurso acadêmico de Trabalhadores-estudantes inseridos na graduação em Enfermagem da UFMT-Sinop. Foi realizada uma pesquisa de campo com trabalhadores-estudantes, graduandos em Enfermagem e Técnicos em Enfermagem na rede de saúde do município de Sinop. A reprovação entre os trabalhadores-estudantes é algo presente, principalmente, as retenções em disciplinas de formação básica. A reprovação está presente na trajetória acadêmica dos trabalhos-estudantes, sendo a dificuldade em conciliar trabalhos e as atividades da graduação um fator causal importante e considerável para que o discente que trabalha consiga atingir seus objetivos acadêmicos.

Palavras-chaves: Educação; Reprovação; Trabalho.

Abstract

Demonstrate the existence of failure in the academic route of Workers-students the undergraduate nursing UFMT-Sinop and how these students understand this process and what the causal factors of reprobation mentioned by students working. It was made a camp research with workers-students, nursing graduating and nursing technical in the city health system by Sinop, based on a semi-structured whose the answers it was analyzed through interview. The results were that the reprobation between workers-students is something present, primarily, the retentions in the basics formation discipline, according to the curriculum in effect. Thus the reprobation is something present on the academic trajectory of the workers-students, being the difficulty in reconciling work and academic activities an important and considerable causal factor to the working student can reach yours academics objectives.

Keywords: Education; Failure; Work

Introdução

Os cursos de graduação em Enfermagem, segundo o MEC/INEP, estão inseridos na área da Saúde e Bem-Estar, apresentando grande expansão no território nacional, principalmente após a promulgação da Lei nº 8.080 que dispôs sobre o SUS em 1990, obedecendo aos princípios de descentralização, universalidade e equidade (Veloso et al., 2012; Brasil, 1990).

Outro fator importante que veio favorecer a expansão dos cursos de graduação em Enfermagem foi a implantação do Programa de Saúde da Família (PSF), em 1997. A partir de 2006 foi denominado de Estratégia Saúde da Família (ESF), com abrangência em todo território nacional, trazendo a obrigatoriedade da presença de um profissional enfermeiro como membro da equipe de saúde (Brasil, 2012a; Brasil, 2012b).

Entretanto, acredita-se que a expansão, aliada à autonomia das instituições superiores, no que se refere à flexibilização na execução da oferta do ensino superior no país, dado disposto na atual LDB, trouxe a necessidade de novas diretrizes curriculares para os cursos da área de saúde, em 2001, entendidas como um reflexo da articulação entre o MS e o MEC, com o objetivo de adequar a formação profissional às políticas de saúde, com ênfase no SUS, principalmente para implementação da ESF (Brasil, 2001; Teixeira et al., 2006).

Em decorrência da articulação entre os cursos e o MS, foi criado, em julho de 2004, o Fórum Nacional de Educação das Profissões na Área de Saúde (FNEPAS) que, desde então, vem se caracterizando como um espaço de debate, discussões e orientações sobre a formação dos profissionais da saúde, agregando várias entidades envolvidas com a educação e desenvolvimento profissional na área da saúde, conscientes da importância dessa participação na definição de políticas de formação específica em que se incluem as políticas de expansão da educação superior.

A sistematização do ensino em Enfermagem no Brasil ocorreu em 1890, no Rio de Janeiro, com a criação da primeira

Escola Profissional de Enfermeiros, anexa ao Hospício Nacional de Alienados, preparando profissionais para atender o hospício e hospitais civis e militares instituídos na época. Em 1901, foi criada em São Paulo, por enfermeiras inglesas, a segunda Escola de Enfermagem, com o objetivo de atender aos estrangeiros. A terceira escola foi instituída no Rio de Janeiro, no ano de 1916, com o objetivo de preparar voluntários para atender os feridos na Segunda Guerra Mundial - Escola Prática de Enfermeiras da Cruz Vermelha (Teixeira et al., 2006; Ramos, 2010).

Os cursos de graduação em Enfermagem foram instituídos para atender as necessidades da população, entretanto, somente a partir de 1949, por meio da Lei nº 775, o Estado propõe a ampliação do número dessas escolas, tornando obrigatório o ensino da Enfermagem nas instituições universitárias e também nas escolas médicas. Somente em 1968, com a Reforma Universitária, houve ampliação do número de vagas e reformulação do ensino superior, com revisão do currículo dos cursos, principalmente na área de Enfermagem, na qual predominava um currículo voltado para o modelo biologicista e hospitalocêntrico, marcado por uma visão tecnicista da saúde, dificultando a compreensão dos determinantes sociais do processo saúde/doença.

Segundo Veloso (2008) a promulgação da Constituição Federal, que propôs a universalização do direito à saúde e a realização da VIII Conferência Nacional de Saúde, foram marcos importantes desencadeadores de mudanças no modelo de saúde, as quais foram concretizadas com a implantação do SUS. As discussões acerca das adequações curriculares vieram contemplar também as discussões acerca do ensino da Enfermagem, uma vez que, a partir de 1991, após a Constituição de 1988 e a implantação do SUS, ampliou-se o mercado de trabalho do enfermeiro, com a obrigatoriedade de integrar as equipes dos PSF.

O ensino superior em Enfermagem seguiu esses padrões de expansão,

apresentando um crescimento significativo dentro da Área de Saúde e Bem-Estar, tanto que a Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn), por manifestar preocupação com os rumos inerentes à educação em Enfermagem no país, com ênfase maior à qualidade, lançou, em 1994, o 1º Seminário Nacional de Diretrizes para a Educação em Enfermagem (SENADEn), onde foram efetivadas discussões acerca do estabelecimento de diretrizes curriculares nacionais, seguindo orientações da LDB/1996 e das Políticas de Saúde (Vale & Fernandes, 2006).

De acordo com dados do Censo da Educação Superior, a expansão dos cursos de graduação em Enfermagem se apresentou mais expressiva no setor privado, representando, no período de 1996 a 2010, a criação de 593 novos, enquanto no setor público foram criados apenas 95. No entanto, em 2006, conforme os dados apresentados na Tabela 1, o setor público apresentou taxa de crescimento, de 18,75%, equivalente ao setor privado, que foi de 18,77%. A partir desse período, o setor público mantém sua expansão, diferentemente dos períodos anteriores, enquanto que o setor privado resistiu à diminuição (Veloso et al., 2012).

Tal expansão ocorreu, em maior proporção, na região Sudeste que, em 2010, absorveu 43% do total de cursos do país, seguida da Região Nordeste, com 24,12%, Região Sul, com 14,61%, Região Centro-Oeste, com 10,96%, e Região Norte, com 7,3%. Na região Centro-Oeste, esse aumento foi ainda mais expressivo, pois, em 1991, a região apresentava apenas cinco cursos de formação superior em Enfermagem e, em 2004, já possuía 29, o que totaliza um crescimento de 480%, sendo que, em 2010, registrou 65 cursos (Brasil, 2012c).

Ainda sobre a oferta de cursos de graduação em Enfermagem, vale destacar que em 1996, dos 111 cursos existentes, 89 (80%) eram ofertados por universidades, e 22 (20%) por instituições não universitárias. Já em 2010, com o reflexo das políticas adotadas para a educação superior, a oferta passou a ser menor no setor universitário, correspondendo a 41,3% (330), sendo

46,1% (368) pelas faculdades e 12,7% (101) por centros universitários e Institutos Federais de Educação. Esses valores diferem do perfil dos demais cursos da área de saúde e bem-estar que, em 2010, ofertavam 50,4% de seus cursos em instituições universitárias. Dessa forma, foi determinado o perfil dos futuros profissionais a serem inseridos no mercado de trabalho, que têm acesso aos cursos de graduação que se desenvolveram na tríade ensino pesquisa e extensão, enquanto nos cursos de Enfermagem essa oferta foi exclusivamente pelo ensino (Veloso et al., 2012; Brasil, 2012b; Brasil, 2012c).

Sob esse prisma é relevante afirmar que a reprovação é algo bastante comum aos estudantes durante a graduação em Enfermagem, em especial, os discentes matriculados em IES públicas, com atividades em período integral na universidade e atividades laborais como Técnico em Enfermagem na rede pública e privada de saúde no município de Sinop-MT.

Neste momento os discentes participantes serão considerados Trabalhadores-estudantes a partir do conceito atribuído por Furlani (2001, p. 41):

O trabalhador estudante diferencia-se do anterior (estudante-trabalhador) por não depender financeiramente da família, mas, pelo contrário, colaborar para o orçamento doméstico. A família não dispõe de recursos para mantê-lo ou, então, não considera importante o investimento na escolarização universitária do filho. Portanto, estudar é um projeto que depende unicamente de sua disposição pessoal, de suas aspirações e recursos financeiros, embora, às vezes, venha acompanhado de incentivo da família.

Deste modo, este estudo tem como objetivo desvelar a existência de reprovações no percurso acadêmico de Trabalhadores-estudantes inseridos na graduação em Enfermagem de uma universidade pública do respectivo município, como esses discentes compreendem esse processo e quais os fatores causais da reprovação

mencionados pelos estudantes que trabalham.

Métodos

Trata-se de pesquisa qualitativa, na qual procedeu a investigação sobre a existência de reprovação durante a trajetória dos Trabalhadores-estudantes, Técnicos em Enfermagem, matriculados no curso de graduação em Enfermagem da Universidade Federal de Mato Grosso no Campus Universitário de Sinop, no semestre letivo de 2012-1. Deste modo, foi realizado um levantamento identificando a presença de doze trabalhadores-estudantes matriculados no curso de graduação em Enfermagem, todavia, apenas cinco concordaram em participar na segunda etapa do estudo.

As entrevistas foram realizadas por meio de um roteiro semiestruturado, com perguntas abertas, gravadas com auxílio de um aparelho eletrônico para o registro das respostas emitidas pelos discentes, de modo a permitir maior liberdade ao entrevistado, bem como possibilitar das pesquisadoras ampliarem a compreensão através de questões complementares.

Para se constituir as categorias analíticas, por meio dos dados coletados na pesquisa de campo, foram utilizados operacionalmente os preceitos de Minayo (2000). Primeiramente, ocorreu a ordenação dos dados, no caso a transcrição das entrevistas; depois, a leitura e releitura de todo o seu conteúdo e, logo, a organização dos relatos, conforme os pontos convergentes levantados nas falas dos trabalhadores-estudantes.

Logo, procedeu-se à classificação dos dados através de leituras repetidas, que permitiram verificar as estruturas de sua relevância para a temática em questão. Tal procedimento viabilizou a construção dos dados contidos nas entrevistas e as respostas aos objetivos propostos para o estudo, seguido do terceiro momento, a análise propriamente dita dos dados. Para garantir o anonimato e a preservação das identidades dos participantes, foram utilizados pseudônimos (TE1, TE2, TE3, TE4 e TE5), com intuito de codificá-los.

Princípios éticos

Previamente à coleta de dados, o projeto em estudo foi elaborado e submetido à apreciação do Comitê de Ética e Pesquisa do Hospital Universitário Júlio Müller (CEP-HUJM), no dia 9 de novembro de 2011, com protocolo sob o nº 153/CEP-HUJM/2011, em consonância com a Resolução nº 196/96 que dispõe sobre questões éticas imprescindíveis em pesquisas envolvendo seres humanos (BRASIL, 1996), tendo sido aprovado em 14 de dezembro de 2011.

Resultados e discussões

A reprovação foi algo marcante no percurso acadêmico desses estudantes, lembrando que o curso de Enfermagem da UFMT em Sinop se desenvolve em regime de créditos, possuindo natureza integral, com aulas nos três turnos (Universidade Federal de Mato Grosso, 2010). De acordo com os depoimentos, podemos inferir que a permanência na graduação em Enfermagem foi marcada por distintos fatores: mudanças no horário e local de trabalho, o aparecimento de morbidades durante o percurso acadêmico, dentre outros já mencionados.

A partir daqui, serão evidenciadas a ocorrência de reprovações durante o percurso acadêmico dos trabalhadores-estudantes na graduação. Nos depoimentos a seguir, identifica-se que todos os participantes obtiveram pelo menos uma reprovação e que todos prorrogaram sua permanência na graduação em Enfermagem devido ao rendimento insatisfatório em disciplinas consideradas de formação básica:

[...] foi no terceiro semestre para o quarto semestre que ocorreu a primeira reprovação em Patologia [...] até hoje eu não sei o por que da reprovação [...] (TE1).

[...] eu reprovei em Histologia, no segundo semestre [...], pois eu puxei duas disciplinas optativas, então, eu acho que sobrecarregou bastante [...] (TE4).

[...] a reprovação, pois eu entrei um mês atrasada na faculdade no primeiro semestre, pois na época que eu passei no

vestibular eu trabalhava durante o dia [...] então, eu teria que trabalhar à noite e então eu não conseguia [...] eu fiquei por um mês [...] até conseguir uma vaga no período noturno para trabalhar [...] quando eu resolvi, tudo já haviam acontecido, as provas e os trabalhos [...] eu reprovei em Bioquímica Geral. (TE3).

As reprovações destacadas por TE1, TE3 e TE4 fizeram com que todos permanecessem na graduação por mais um semestre letivo, ou seja, a conclusão que era prevista para quatro anos e meio, agora, seria superior a tal período. Este fator se deu em consequência do regime de crédito, que prevê pré-requisitos em sua matriz curricular, impedindo a progressão dos discentes na graduação.

TE1 menciona a reprovação na disciplina Patologia, a partir de 2011, sendo cursada no terceiro semestre. Todavia, o discente não atribui tal fato à atividade laboral, visto que começou a trabalhar a partir do quarto semestre, momento em que estava cursando a citada disciplina pela segunda vez. TE1 ainda menciona não saber o motivo da reprovação. Desse modo, Fornari (2010, p. 113) defende que: *“De maneira geral, o fracasso escolar é visto, principalmente, como fruto de fatores considerados externos à escola [...]”*.

Percebemos na fala de TE4 mais um caso de reprovação, contudo, ele o atribui ao contingente de disciplinas em que estava matriculado e especifica a Histologia como sendo a disciplina em que foi reprovado no segundo semestre.

TE4 associa sua reprovação à instabilidade nos horários e no local de suas atividades laborais, visto que a aprovação no vestibular para um curso de caráter integral evidenciou a necessidade de mudanças nos horários e no local, objetivando a conciliação de forma benéfica do ato de trabalhar e de estudar. O discente refere que necessitou faltar às aulas até que sua situação fosse regularizada junto ao órgão municipal, no qual estava lotado. Desse modo, TE3 esteve ausente no primeiro mês de aulas teóricas, sendo a reprovação algo inevitável na disciplina Bioquímica Geral.

TE2 e TE5 foram os únicos que obtiveram reprovações em duas

disciplinas, como se comprova nos depoimentos a seguir:

[...] eu tive duas matérias. Em Metodologia da Pesquisa e Bioquímica Aplicada. Na Bioquímica Aplicada foi dificuldade mesmo, pois eu estava muito tempo afastada, havia quinze anos que eu tinha terminado o segundo grau [...]. Na Metodologia da Pesquisa foi em termos... eu faltei por duas semanas... perdi prova... eu senti muita dificuldade [...] me complicou muito essas faltas, essa compreensão do início da matéria. (TE2).

Eu reprovei em Biologia Celular e Fisiologia. Na Biologia, no primeiro semestre, eu fiz uma cirurgia na boca [...]. E na outra eu passei por um período de depressão [...] (TE5).

TE2 atribui suas reprovações a motivos distintos, pois a reprovação na disciplina Bioquímica Aplicada – o reflexo das dificuldades inerentes à complexidade dos seus conteúdos – correu pelo fato de estar, há muito tempo, distante da sala de aula.

O próprio TE2 ainda coloca que foi reprovado em outra disciplina (Metodologia da Pesquisa), atribuindo tal fato às faltas, que colaboraram para ampliar as dificuldades de compreensão dos conteúdos ministrados na disciplina, prolongando sua permanência na universidade por mais dois semestres. Assim, podemos aliar tais situações motivadas por eventualidades ocorridas na vida pessoal de TE2, que culminou em faltas no início do semestre letivo, causando a reprovação da discente. Sob esta análise, podemos inferir que distintos aspectos podem interferir diretamente na permanência do trabalhador-estudante, Técnico em Enfermagem, durante a graduação.

Por outro lado, TE5 destaca duas reprovações, em Biologia Celular, no primeiro semestre, e Fisiologia, no terceiro, disciplinas que compõem o eixo de conteúdo de formação básica dentro da área de ciências biológicas. O discente atribui às reprovações o fato de estar passando por problemas de saúde e acredita que isso tenha influenciado bastante em sua permanência na

graduação em Enfermagem, de modo a levá-lo à retenção nos respectivos semestres.

Por fim, nessa categoria, a reprovação entre os trabalhadores-estudantes é algo presente, principalmente as retenções em disciplinas de formação básica, de acordo com a matriz curricular em vigência.

Percebemos que os fatores atribuídos às reprovações são intrínsecos a cada discente, ou seja, são particulares a cada momento de cada indivíduo, como: a instabilidade no trabalho, no que se refere aos horários ou mudanças de setores nas respectivas instituições em que estes executam suas atividades laborais, além do fato de estarem distantes das salas de aulas por longo período e devido ao ensino médio deficitário, mencionado por dois dos participantes da pesquisa. Isso aumentou as adversidades relacionadas à aprendizagem da disciplina e favoreceu eventuais reprovações.

Considerações Finais

O indivíduo que trabalha inserido nos cursos de graduação é uma realidade, intensificada, principalmente, após o advento da expansão de cursos de graduação, com a promulgação da LDB de 1996 que refletiu na ampliação da educação de caráter público e privado no país, possibilitando àquele que trabalha ingressar na educação superior.

Os trabalhadores de formação média da área de Enfermagem, Técnicos em Enfermagem, vêm aproveitando, paulatinamente, a oportunidade de qualificação por meio do ensino da Enfermagem no âmbito superior público, sem deixar de lado sua atual profissão, que garante a manutenção e o sustento de sua família.

Quando se disserta sobre o percurso de outrem, em um dado momento de sua vida, é elementar focar sobre suas vitórias e derrotas. Entretanto, abordar sobre os obstáculos previstos e imprevistos durante a caminhada, torna-se fundamental para se justificar o quão compensador pode ser a chegada ao objetivo primário, principalmente quando o

discente exerce uma atividade laboral remunerada e fora do contexto institucional de educação.

No que concerne às dificuldades durante o percurso acadêmico, todos referiram possuí-las, pois o trabalhar e estudar são colocados como prioridades, sendo o tempo escasso para estudo extraclasse, adversidades de ordem familiar e de ordem patológica, o que pode acarretar em reprovação e conseqüentemente em atraso de ordem cronológica na formação deste.

Referências

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.** Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1990.

BRASIL. Conselho Nacional da Saúde. **Resolução nº 196, de 10 de outubro de 1996.** Aprovação das Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos. Brasília: Ministério da Saúde, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 3, de 7 de novembro de 2001.** Institui diretrizes curriculares Nacionais no Curso de Graduação em Enfermagem. Brasília: Diário Oficial da União, 2001.

BRASIL. Ministério Saúde. Portal da Saúde. **Saúde da família: saúde amplia equipes que atuam na atenção básica.** Brasília: 2012a. <http://portalsaude.saude.gov.br/portalsaude/noticia/6205/162/saude-amplia-equipes-que-atuam-na-atencao-basica.html>

BRASIL. Ministério Saúde. Portal da Saúde. **Atenção Básica e Saúde da Família. Histórico de Cobertura da Saúde da Família.** Brasília: 2012b. <http://dab.saude.gov.br/abnumeros.php#historico>

BRASIL. Ministério da Educação. **Instituto de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira Censo da Educação Superior 1996 a 2010**. Brasília: 2012c. <http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>

FORNARI, L. T. Reflexões acerca da reprovação e evasão escolar e os determinantes do capital. **Revista Espaço Pedagógico**, Passo Fundo, v. 17, n. 1, p. 112-24, 2010.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 7. ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: ABRASCO, 2000.

RAMOS, M. **Trabalho, educação e correntes pedagógicas no Brasil: um estudo a partir da formação dos trabalhadores técnicos da saúde**. Rio de Janeiro: EPSJD – UFRJ, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Enfermagem**. Campus Universitário de Sinop, 2010.

VALE, E. G; FERNANDES, J, D. Ensino de Graduação em Enfermagem: a contribuição da Associação Brasileira de Enfermagem. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Ano. 64, n. 1, p. 106-13, 2006.

VELOSO, T. C. M. A. **Programa nacional de incentivo a mudanças curriculares no curso de medicina: a experiência da UFG**. 2008. 266f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2008.

VELOSO, T. C. M. A; JEZUS, S. V; OLIVEIRA, S. R. **Graduação em Enfermagem no Brasil: expansão e avaliação nacional nos anos de 1996 a 2010**. In: SILVA, M. G. M. (Org.). **Pesquisas em educação e saúde: confluências de conhecimentos e vivências formativas**. Cuiabá: EdUFMT, 2012.